



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

CNPJ 18.602.029/0001-09

Sede Administrativa: Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84

PABX: (034) 3851-2300-FAX: (034) 3851-2277

CEP: 38840-000 – CARMO DO PARANAÍBA – MG

PARECER JURÍDICO

Assessoria Jurídica Municipal

Referência:

Processo Licitatório nº 116/2019

Inexigibilidade/Credenciamento 003/2019

Assunto: Administrativo. Licitações. Credenciamento. Impugnação ao Edital. Análise Jurídica.

I – DO RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica acerca da impugnação do Edital de Credenciamento do Processo Licitatório nº 116/2019, interposto pela empresa LABORVIDA S/C LTDA, alegando, numa breve síntese, que o edital necessita ser retificado vez que limitaria a participação de empresas interessadas, ao exigir para a habilitação Selo de acreditação ou ser acreditada por entidade acreditadora, conforme item 5.2.2. do edital. Aponta erro material contido no edital no item 5.1.14. e alega que os autos do processo licitatório nº 116/2019 não está numerado e assinado pelas autoridades competentes contrariando o artigo 40, §1º da Lei nº 8.666/93.

Ao final, requer a impugnante que seja acatada a presente impugnação para que se retire do texto do edital os pontos impugnados.

II – DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

Em consulta ao Processo Licitatório nº 009/2017-Inexigibilidade 001/2017-Credenciamento nº 001/2017, foi observado que houve a mesma discussão sobre a necessidade da apresentação pelos licitantes de Selo de acreditação ou ser acreditada por entidade acreditadora, para a habilitação de empresas do ramo no certame.

No Credenciamento anterior, após análises e parecer dos Ilustres Procurador Municipal de Carmo do Paranaíba, Venâncio Luiz de Deus (Pag. 289) e do Assessor Jurídico Ciro Braz Cardoso (Pag. 419/423), foi decidido pela pregoeira pelo credenciamento da empresa Laborvida S/C LTDA e a retificação do edital, excluindo-se a cláusulas que previa a apresentação de Selo de acreditação ou a necessidade de ser acreditada por entidade



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

CNPJ 18.602.029/0001-09

Sede Administrativa: Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84

PABX: (034) 3851-2300-FAX: (034) 3851-2277

CEP: 38840-000 – CARMO DO PARANAÍBA – MG

acreditadora, já sendo superado tal discussão.

Inicialmente, foi verificado que a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância em Saúde não exige as qualificações do item 5.2.2. do edital para o funcionamento de clínicas.

Desta maneira a administração, ao exigir tais qualificações, desrespeita os mandamentos constantes no art. 37, inciso XXI, que “assegura a igualdade de condições a todos os concorrentes, ao “princípio da isonomia”, parte integrante da legislação de legislação constante no art. 3º da lei 8.666/93.

Isto posto, entendo que a cláusula 5.2.2., indica possível favorecimento a toda empresa que possua os certificados ora exigidos em desfavor daquelas, que possuem autorização de funcionamento pela ANVISA, e que por qualquer motivo não possua ou não possa apresentar tais certificados.

Sobre o item 5.1.14, nota-se que referida cláusula não deveria constar no edital do processo licitatório, devendo ser retificado e suprimindo.

Quanto a questão levantada pela impugnante sobre a falta de assinatura do edital, em conferência aos autos na data de 11 de dezembro de 2019, consta que todas as paginas anexas ao processo licitatório 116/2019, estão devidamente numeradas e rubricadas, não sendo detectado qualquer das irregularidades levantadas.

III – DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, RECOMENDO à Comissão Permanente de Licitação, a retificação do Edital de Credenciamento do Processo Licitatório nº 116/2019, com a supressão das cláusulas 5.2.2. e 5.1.14.

É o nosso entendimento, à consideração superior.

Carmo do Paranaíba/MG, 11 de dezembro de 2019.


Luiz Fernando Vinhal Couto
Assessor Jurídico Municipal
OAB-MG Nº 200.174

